

Emprego, mercado de
trabalho e
precariedade: O
difícil percurso dos
jovens em Portugal

Sandra Couto

Emprego, mercado de trabalho e precariedade: O difícil percurso dos jovens em Portugal

Sandra Couto

Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

E-mail: sandrafmcouto@gmail.com

Resumo

O trabalho ocupa, hoje, uma dimensão central na vida dos indivíduos, sendo lugar de realização pessoal, de construção e manutenção de identidades e de garante das condições de subsistência. Contudo, os efeitos da crise de 2008 e a consequente intervenção da Troika uniram-se à difusão de políticas neoliberais e à flexibilização do mercado de trabalho. Assim, ainda que estas transformações se façam sentir numa generalização da precarização, os jovens surgem como os mais afetados. Os percursos de entrada e circulação no mercado de trabalho traduzem-se em múltiplas e heterogéneas trajetórias, marcadas, principalmente, por formas atípicas de trabalho. Neste sentido, os dados do observatório das desigualdades permitem perceber como os jovens são afetados pelos contratos temporários, pelo emprego parcial, o desemprego e a subutilização do emprego. Aqui, é possível refletir sobre os efeitos que esta nova crise de saúde COVID-19 poderá trazer, agravando estas tendências.

Palavras-chave: precariedade; jovens; mercado de trabalho; crise económica.

Abstract

Work today occupies a central dimension in the lives of individuals, being the place of personal fulfillment, construction and maintenance of identities and guarantor of subsistence conditions. However, the effects of the 2008 crisis and the troika's consequent intervention have joined the spread of neoliberal policies and the easing of the labour market. Thus, even if these transformations feel a generalization of precariousization, young people emerge as the most affected. The paths of entry and circulation in the labor market are translated into multiple and heterogeneous trajectories, marked mainly by atypical forms of work. In this sense, the figures from the Inequalities Observatory make it possible to see how young people are affected by temporary contracts, partial employment, unemployment and under-use of employment. Here, it is possible to reflect on the effects that this new health crisis may bring, aggravating this trend.

Key-words: precariousness; youth; labour market; economic crisis.

Novas formas de trabalho e precariedade: as consequências da crise(s) e da flexibilização do mercado de trabalho

Nas sociedades capitalistas, o trabalho surge como uma dimensão central na vida dos indivíduos, desempenhando um papel fundamental na construção de identidades e sociabilidades. Efetivamente, é possível encontrar esta perspetiva nos clássicos da sociologia, como refere Santos (2021): Marx analisa a relação entre capital, trabalho e alienação; Durkheim debruça-se sobre a solidariedade mecânica e solidariedade orgânica com a afirmação da divisão do trabalho social e Weber explana sobre a ética protestante e o trabalho na origem do racionalismo ocidental.

Contudo, nos últimos anos, o mercado de trabalho alterou-se de forma clara e, quiçá, permanente, graças a várias transformações na era moderna. Pedroso (2005) distingue duas eras na modernidade: numa primeira fase, as sociedades secularizaram-se e verificou-se o desenvolvimento da indústria pesada, a afirmação dos Estado-nação e o surgimento das democracias; no segundo momento, o setor dos serviços torna-se o impulsor do desenvolvimento económico, o hedonismo sedimenta-se e novas entidades supranacionais surgem. Esta última é cunhada de “modernidade líquida” por Bauman (2017), período no qual a liquidez e volatilidade são características principais e contribuem para a desorganização de todas as esferas da vida social como a cultura e o trabalho, entre outras. Efetivamente, quando associado ao trabalho, esta era traduz-se no desaparecimento da ideia de estabilidade e longo prazo, traduzindo-se na diminuição do poder de integração social que o trabalho desempenhava (Pedroso, 2005).

Por outro lado, a globalização é um importante e determinante impulsionador das transformações sentidas ao nível do mercado de emprego. Esta é resultado constante de (des)conexões espaço-territoriais (Mirchandani, 2016), pelo que, hoje, já não é possível pensar o trabalho e o emprego apenas no contexto local, sendo necessário pensá-los em termos globais. Neste sentido, o comércio expande-se e a competitividade aumenta, enquanto se verifica a intensificação da mobilidade internacional nos vários níveis (Pedroso, 2005). Este contexto, incita a ascensão de um discurso neoliberal no poder político, que defende a diminuição da proteção do Estado e conduz as economias e os sistemas produtivos europeus à criação de modelos organizativos mais complexos, emergindo modelos tipo *lean production*, assentes na flexibilidade, no *outsourcing* e no deslocamento geográfico de organismos produtivos, capazes de absorver a mão-de-obra (*idem*; Woleck, s/d). Por fim, o modelo fordista de produção fragmenta-se e os modelos atuais do Estado-providência encontram várias dificuldades (Pedroso, 2005), ao mesmo tempo que irrompem narrativas sobre a responsabilidade individual, corporalizadas, por exemplo, no empreendedorismo, que acabam por contribuir para a normalização da precariedade (Do Carmo & Matias, 2019).

Nesta linha, consolida-se a desregulamentação dos mercados económicos e consequente precarização e flexibilização das relações laborais. Efetivamente, Do Carmo e Matias (2019) afirmam que os processos de desregulamentação realizados em países

como a Espanha, Itália e Grécia, com especial incidência no período pós 2008, assentaram nos princípios de flexibilidade e flexisegurança, mas não foram capazes de gerar emprego ou promover estabilidade. Na verdade, originaram a fragmentação do mercado de trabalho. Desta forma, a precariedade é entendida como o emprego que não oferece estabilidade económica nem social. Destarte, este conceito não termina nas relações de emprego propriamente ditas, antes abrange também as consequências objetivas e subjetivas nas vidas individuais dos trabalhadores e nos grupos (Oliveira & Carvalho, 2008)

Um pouco por toda a Europa, o emprego antes traduzido num contrato de trabalho por tempo indeterminado deixa de ser a regra, tornando-se privilégio de alguns, dando lugar a contratos a termo (Nora, 2018). Em consequência destes fenómenos, surgem formas atípicas de emprego (EA) pautadas pela incerteza e fragilidade, sob a forma de contratos a termo, ou seja, temporários; o autoemprego/trabalho por conta própria; o trabalho a tempo parcial; o emprego dissimulado e a relação de trabalho multipartidária.

Aqui não esqueçamos, contudo, as inúmeras inseguranças sentidas no emprego: ao nível dos rendimentos; dos horários de trabalho; na segurança e saúde no trabalho; na cobertura de segurança social; na formação e na representação e outros princípios e direitos fundamentais no trabalho (Do Carmo & Matias, 2019). Contudo, as formas de emprego tradicionais “(...) apresentam menos inseguranças quando comparado com os diferentes tipo de EA” (OIT, 2016, p.14).

No caso português, a estas transformações do mercado de trabalho somam-se os efeitos da intervenção da Troika que duram até aos nossos dias. Portugal foi deixado em ruínas: falências, desemprego em massa (com especial incidência nos jovens); níveis significativos de precariedade laboral; recuo em direitos e garantias sociais; e elevado saldo migratório (Barbosa, 2020). Pedroso (2005) vem mesmo defender esta tese, alegando que a crise no emprego jovem se revela mais expressiva nos países que passaram por duros ajustamentos económico-financeiros e restritas medidas de austeridade, tais como Portugal, Grécia, Espanha e Itália. Assim, como refere Barbosa (2020), ainda que os anos seguintes tenham sido marcados por uma retoma económica, possibilitada por um governo mais à esquerda, os danos da crise económica e das políticas de austeridade permaneceram e permanecem. Hoje, são notáveis os percursos de inserção profissionais longos e heterogéneos: “(...) após o termo de uma licenciatura e o início de actividades descontínuas: formação profissional, procura de emprego, emprego, desemprego, regresso aos estudos, inactividade, entre outras” (Marques cit. por Nora, 2018). Assim, os jovens, especialmente à procura do primeiro emprego, parecem ser as principais vítimas da flexibilização e precarização do mercado de trabalho. E é aqui que a nossa análise se centrará – a flexibilidade enquanto precariedade e as múltiplas precariedades de e no emprego são defendidas, como vimos, pelos vários autores apresentados ao nível geral da população, mas todos apontam os jovens como o principal grupo etário atingido (Barbosa, 2020; Do Carmo & Matias, 2019; Pedroso, 2005;

Tavares & Do Carmo, 2022). Neste sentido, não se procura aqui confirmar ou contestar esta premissa, mas antes segui-la e refletir sobre os dados encontrados.

Os “precariados” jovens em Portugal

Como exposto, os mais jovens têm sido descritos como um dos grupos sociais mais afetados pela precariedade, sendo quem melhor representa as trajetórias e vínculos instáveis e a ausência de proteção social (Barbosa, 2020). Desta feita, estes impactos ultrapassam as dimensões objetivas da vida, como ter rendimentos baixos ou acumular empregos e traduz-se em angústia e frustração motivadas por uma vida em pausa, semiautónoma e a incapacidade de planejar um futuro (*idem*; Do Carmo & Matias, 2019).

Os contratos de trabalho temporários surgem como um fator na base destas dificuldades sentidas pelos jovens. Esta modalidade de contrato, segundo a Organização Internacional do Trabalho (2016), é a contratação de trabalhadores por um período delimitado e específico, podendo ser expresso por contratos a termo; com base em projetos ou tarefas definidas; através do trabalho pago ao dia ou pelo trabalho sazonal ou ocasional. Desta feita, na maioria dos países existe legislação específica sobre a duração máxima, assim como do número máximo de renovações (OIT, 2016). Contudo, ainda que o trabalho ocasional fosse comumente associado aos países em desenvolvimento, recentemente, implantou-se nas economias industrializadas dos países desenvolvidos, estando estreitamente relacionado à economia “gig” ou economia digital¹.

Na Figura 1, focando a proporção de jovens com contratos temporários em Portugal, é possível observar duas tendências: uma subida entre 2010 e 2015 (com exceção de 2012) e um decréscimo de 2015 a 2020. No primeiro momento subiu 10 p.p. e no segundo decresceu 10 p.p, retomando o valor de 2010. Destarte, em 2020 existiam cerca de 54% de jovens portugueses com contratos temporários. É de notar, ainda, que, segundo dados do Observatório das Desigualdades (2017), no mesmo ano, a proporção de indivíduos com contrato temporário atinge 12% dos 25 aos 54 anos e os 7,8% no grupo entre os 55 e os 64 anos, ficando, assim, claramente abaixo dos números registados para os jovens (entre os 15 e os 24 anos). Noutra sentida e observando os valores na UE27, percebe-se que a proporção de jovens europeus nesta situação contratual é mais reduzida e estável ao longo do período selecionado: em 2016 atinge o valor mais elevado, 48% e em 2020 os 43%, valor mínimo.

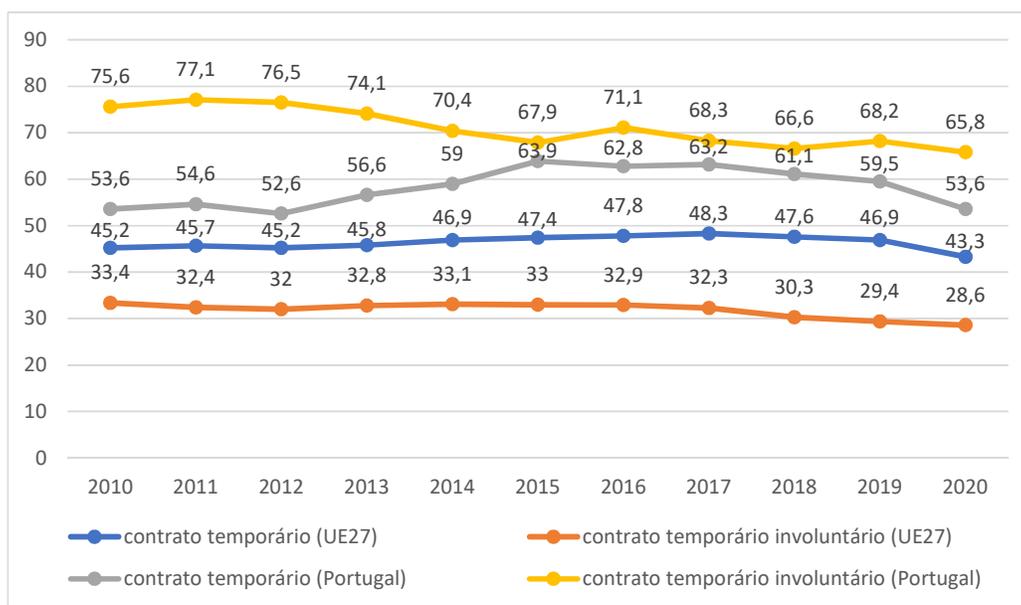
Relativamente aos jovens a trabalhar temporariamente de forma involuntária em Portugal, apesar de o indicador revelar um ligeiro aumento de 2010 a 2011, a partir deste ponto até 2020, seguiu-se um decréscimo geral (menos 11 p.p.). No contexto europeu,

¹ A economia “gig” é uma economia alternativa caracterizada pelos trabalhos temporários, freelancers e serviços como *Uber* e *Airbnb*. É resultado da flexibilização do mercado de trabalho na era digital.

este valor é significativamente mais reduzido e constante, registando o valor mais baixo em 2020 (29% - ver Figura 1).

Do Carmo e Matias (2019) afirmam que os jovens se veem constringidos a aceitar trabalhos precários, nomeadamente trabalhos temporários, pela necessidade de garantir algum rendimento regular – ainda que, possivelmente, efémero – na procura de alguma autonomia económico-financeira. Na verdade, “(...) vivemos numa era em que “esperar” se transformou num palavrão (...)” (Potter cit. por Bauman, 2017). Esta tese é personificada simultaneamente pelos empregados e pelos empregadores: os candidatos aos empregos, com especial incidência na faixa etária mais jovem, saem e entram em novos trabalhos na ânsia de satisfazerem a sua procura por estabilidade e independência; já os segundos, procuram o lucro limitado, integrando trabalhadores por tempo limitado (*idem*).

Figura 1: Evolução de jovens com contratos temporários e proporção de indivíduos nessa situação de forma involuntária em Portugal e na UE27 (%)



Fonte: Observatório das Desigualdades, 2022.

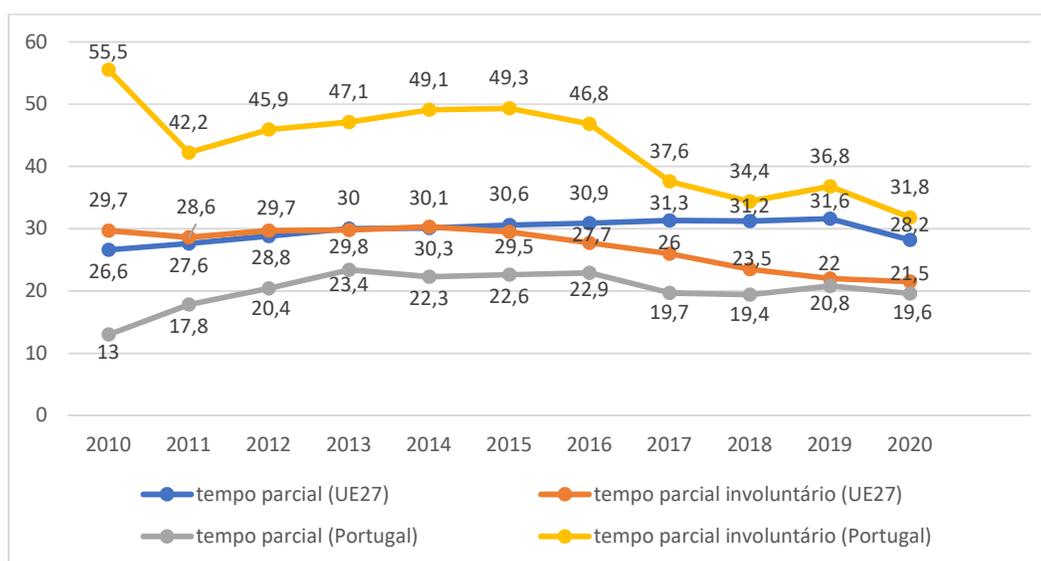
Por seu turno, o emprego a tempo parcial é caracterizado pelo exercício de um número inferior de horas de trabalho do que o trabalho a tempo completo. Da mesma forma, há regulação legal em muitos países sobre este tipo de trabalho. Não obstante, segundo a OIT (2016), existem casos em que os trabalhadores não dispõem de horários fixos previsíveis, dado que o empregador não tem obrigação legal de o fazer. Estes contratos são também conhecidos como “trabalho à chamada” (OIT, 2016). Claro está, são marcados pela instabilidade e incerteza e resultam no adiamento de uma vida independente e planeada.

A evolução da proporção de jovens com trabalho a tempo parcial em Portugal, entre 2010 e 2020, foi sempre inferior à média da UE27, como é possível verificar na Figura 2. No período referido, o peso do trabalho *part-time* nos indivíduos entre os 15 e 24 anos em Portugal subiu cerca de 7 p.p. (de 13% para 20%) e a média europeia aumentou 1 p.p. (de 27% para 28%), segundo dados do Observatório das Desigualdades (Figura 2). Este fenómeno talvez possa ser explicado por diferenças culturais, havendo países europeus que incentivam à ocupação de *part-times* durante o período de formação, o que levanta a necessidade de investigação no sentido de compreender e apreender estes dados.

Focando os jovens em trabalho a tempo parcial involuntário, embora superior à média europeia, o peso deste indicador tem vindo a diminuir: entre 2011 e 2020, ainda que visível um ligeiro aumento em 2019, esta modalidade diminuiu 24 p.p. (de 56% para 32%). Os jovens europeus em *part-time* involuntário têm igualmente decrescido, particularmente entre 2014 e 2020, menos 8 p.p., passando, assim, de 30% para 22%.

Assim, ainda que os dados apontem para a queda deste fenómeno, importa refletir sobre ele. Atualmente, existe um vasto leque de barreiras jurídicas às demissões, que levam à utilização do *part-time* como “(...) uma espécie de mecanismos de liberalização controlada” (Oliveira; Carvalho 2008, p.550). Colocados numa situação que não desejam, os jovens, muitas vezes, recorrem à pluriatividade como um recurso importante, permitindo a diversificação de fontes de rendimento (Do Carmo & Matias, 2019). Não obstante, este esforço traduz-se na diminuição do tempo de lazer e do bem-estar dos indivíduos, pelo que “(...) a sensação de estar sempre a trabalhar é algo que também se torna constante e que resulta da sua condição precária” (*idem*, p.67).

Figura 2: Evolução dos jovens a trabalhar por tempo parcial e proporção de indivíduos nessa situação de forma involuntária em Portugal e na UE27 (%)



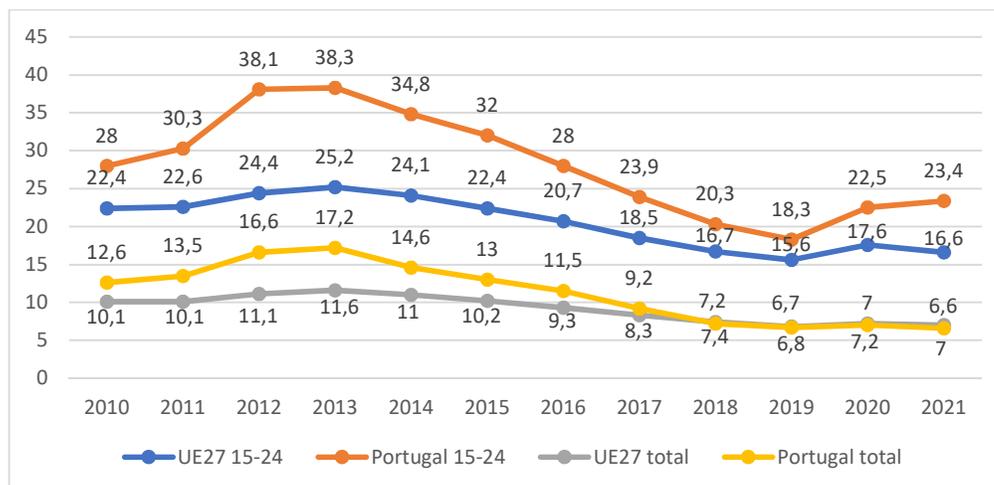
Fonte: Observatório das Desigualdades, 2022

O desemprego jovem, em especial junto dos licenciados, aumentou significativamente. Até à década de 70, o término do curso superior e entrada no mercado de trabalho seguiam de forma sequencial e pacífica (Nora, 2018). Hoje, porém, os jovens encontram múltiplos entraves: é exigida uma experiência profissional longa que não é oferecida pela sua formação; são apelidados de “demasiado qualificados” numa tentativa de não serem pagos de forma adequada às suas qualificações; são empurrados para trabalhos não-qualificados e mal pagos, para *part-times* e para o desemprego. Nesta linha, como refere Nora (2018) o processo de construção da identidade profissional fica suspenso, não havendo hipótese de consolidar as identidades profissionais no exercício de uma profissão e mediante a socialização no local de trabalho. Já ao nível social e em conjugação com a crise da habitação, os jovens vêm-se impossibilitados de se emancipar.

Destarte, a análise da Figura 3 permite destacar vários dados relativos à taxa de desemprego. Em primeiro lugar, Portugal apresenta valores sempre mais elevados para a taxa de desemprego jovem do que na taxa de desemprego total. Esta realidade ganha contornos relevantes quando se analisa o período em que a crise foi mais profunda: a taxa de desemprego jovem atinge os valores mais altos (38,3% em 2013 – ver figura 3), podendo ser explicada pela tese de Pedroso (2005) já exposta: a fragilidade do tecido económico nacional viu-se aprofundada pelas medidas de austeridade e por um mercado de trabalho incapaz de absorver a mão-de-obra. Noutro sentido, é de igual forma possível concluir que os valores assumidos pela taxa de desemprego jovem são mais elevados em Portugal do que na média europeia (Figura 3).

Pedroso (2005) explica que o modelo social europeu conduz a bloqueios existentes nos próprios mecanismos do mercado de trabalho. De facto, o sistema Bismarck de proteção social, que se expandiu pelo centro e sul europeu, gerou mecanismos de proteção dos trabalhadores (*idem*). Este sistema, contudo, desequilibra-se quando a procura de trabalho supera a oferta. Por outras palavras, “(...) a protecção aos que chegaram ao emprego reduz as oportunidades dos que nele ingressariam, por mecanismos de redistribuição de empregos, se o fluxo emprego-desemprego fosse flexibilizado” (Pedroso, 2005, p.15). Neste sentido, os jovens como contribuem muito expressivamente para os fluxos de entrada no mercado de trabalho, são mais afetados por este modelo de proteção social (*idem*).

Figura 3: Evolução da taxa de desemprego jovem 15-24 anos e da taxa de desemprego total, Portugal e UE27, 2010-2021²



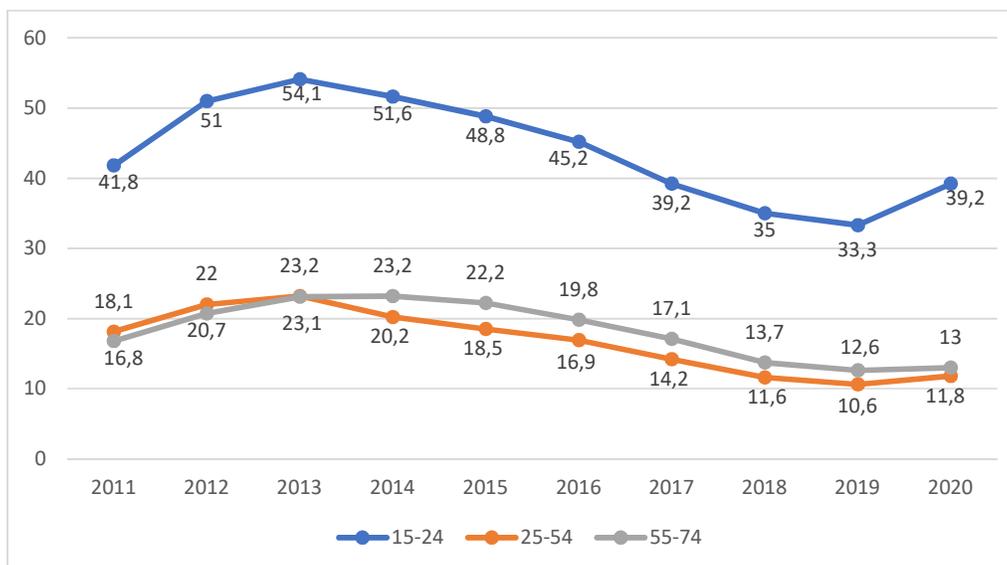
Fonte: Observatório das Desigualdades, 2022

A taxa de subutilização vem complementar a taxa de desemprego, uma vez que o seu numerador resulta da soma da taxa de desemprego e de outras três variáveis (o subemprego do trabalho a tempo parcial; os inativos à procura de emprego, mas não disponíveis e os desencorajados, ou seja, os inativos disponíveis para trabalhar, mas que não procuram trabalho). Por outras palavras, tem em consideração situações estatisticamente classificadas como sendo de emprego, desemprego e inatividade, como explica o Observatório das Desigualdades.

A figura 4 torna possível constatar que os mais jovens (15-24 anos) apresentam valores muito acima do apurado para a média da população portuguesa, relativamente à taxa de subutilização do trabalho. De facto, observando o período entre 2012 e 2014, mais de metade da população com idade entre 15 e os 24 anos encontrava-se numa situação de subutilização laboral. Contudo, a grandeza deste indicador diminuiu de forma regular nos anos seguintes, à exceção de 2020, ano em que volta a aumentar.

² Devido à sobreposição dos valores assumidos pela UE27 total e Portugal total, note-se que as percentagens imediatamente acima são sempre correspondentes à linha cinzenta, isto é, da UE27.

Figura 4: Evolução da taxa de subutilização do trabalho, Portugal, por grupo etário



Fonte: Observatório de Desigualdades, 2022

Considerações finais

As transformações socioeconómicas - afirmação dos Estado-Nação; sedimentação da globalização e de tudo o que implica, especialmente a consolidação de um mercado global competitivo; flexibilização dos mercados de trabalho; emergência de um discurso neoliberal ao nível político, entre outras - vividas nos últimos anos alteraram o mercado de trabalho e o conceito de estabilidade e segurança anteriormente atribuído ao emprego. Assim, as formas atípicas de emprego, anteriormente associadas aos países em desenvolvimento, instalaram-se nas indústrias modernas de todo o mundo. Consequentemente, emergiu a precariedade que muitas vezes se confunde com a própria definição de emprego atípico. A instabilidade de não ter um contrato permanente, o exercício de horas extras pela falta de autorregulação ou de horários fixos, os empregos a tempo parcial que não satisfazem as necessidades económicas e as relações de trabalho multipartidárias são alguns dos exemplos que espelham o mercado de trabalho e o emprego na atualidade que seguem de mãos dadas com a insegurança, a ansiedade e frustração dos trabalhadores. Neste sentido, percebe-se a dificuldade de apreender a precariedade: esta já não é objetiva, mas também simbólica e heterogénea, representando a insegurança e instabilidade da noção do emprego como provedor de financiamento e do trabalho como satisfação de orgulho e de realização individuais. Assim, não é raro encontrar situações de desemprego, por vezes de longa duração, entrelaçados com descontinuidades geradas pelo recurso ao trabalho temporário e precário (O'Reilly cit. por Do Carmo & Matias, 2019). Aqui, salienta-se a necessidade de

refletir e investigar sobre o fenómeno do desemprego nos jovens e estes múltiplos percursos que com ele cruzam.

Destarte, ainda que alguns dados têm revelado que Portugal segue algumas tendências verificadas em outros países europeus, os indícios estatísticos revelam o difícil percurso que os jovens percorrem no país. Efetivamente, os dados apresentados parecem apontar para uma precariedade estrutural em Portugal, que aliada ao frágil tecido económico nacional se agrava em tempos de crise, regressando aos valores normais nos períodos seguintes. Efetivamente, Portugal, tal como Pedrosa (2005, p.70) alega o país é caracterizado por uma economia pouco robusta, assente “(...) numa força de trabalho pouco qualificada num tecido empresarial pouco inovador”. Os duros ajustamentos feitos pela troika vieram agravar estas fragilidades (Do Carmo & Matias, 2019).

Nesta linha, a crise económica e social causada pela pandemia COVID-19 insurgiu-se como uma ameaça a um contexto económico-social nacional já frágil. Os primeiros dados do Observatório Social das Desigualdades sobre o desemprego nos jovens portugueses apontam já um aumento nas taxas de desemprego ao nível geral, mas com especial incidência na faixa etária dos 15 aos 24 anos (Tavares & Do Carmo, 2022). Assim, os dados parecem confirmar o carácter estrutural da precariedade jovem em Portugal:

“(...) é de notar que o desemprego jovem em Portugal tem vindo a aumentar desde 2019, fenómeno que não se verifica nem no caso da UE27 nem na taxa de desemprego total portuguesa ou europeia, o que pode indicar que as consequências da pandemia Covid-19 ainda se fazem sentir na taxa de desemprego jovem portuguesa mas em mais nenhum dos indicadores em análise”. (Tavares & Do Carmo, 2022, p.18).

Em suma, os jovens parecem ser os mais afetados pela precariedade generalizada que se faz sentir um pouco por toda a Europa. Em Portugal, as mudanças sociais ao nível de como se encara o emprego, concetualizando-o, hoje, como parte importante da vida, mas reconhecendo a necessidade de ser justo e cumpridor de direitos, leva a um desajuste entre a realidade e as expectativas dos recém candidatos ao mercado de trabalho (Pedro, 2005). Por outro lado, o desnível entre as qualificações adquiridas no sistema de ensino formal e as necessidades do mercado de trabalho, somam-se num ingresso mais tardio na procura do primeiro emprego, muitas vezes sem qualquer tipo de experiência, que obriga os jovens a embarcar em trabalhos precários numa tentativa de satisfação de necessidades económicas e sociais de autonomia (*idem*; Do Carmo & Matias, 2019).

Neste sentido, pensando na frágil estrutura económica e laboral de Portugal, a vulnerabilidade do e no emprego revela-se desafiante e levanta a necessidade de nos continuarmos a debruçar neste fenómeno social, procurando, agora, perceber os reais impactos da pandemia COVID-19 nesta realidade, por um lado, e de refletir sobre a incapacidade do Estado Social dar respostas mais concretas, por outro.

Bibliografia

BARBOSA, Inês (2020). Crise(s), precariedade e as lutas do futuro, in *Anti-Capitalista*, n.º 31 (série II), setembro, p. 3.

BAUMAN, Zygmunt (2017). *A Arte da Vida*. S/ed. Lisboa: Relógio D'Água. ISBN 978-989-641-675-1.

DO CARMO, Renato Miguel; MATIAS, Ana Rita (2019). As dimensões existenciais da precariedade: jovens trabalhadores e os seus modos de vida. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 118. Disponível em <http://journals.openedition.org/rccs/8502>

MIRCHANDANI, Kiran (2016). *The Organization of Service Work* In EDGELL, Stephen; GOTTFRIED, Heidi; GRANTER, Edward (2016) – *The Sage Handbook of Sociology of Work and Employment* (ed.). Londres: SAGE. ISBN 978- 1-4462-8066-9.

NORA, Nuno Caetano (2018). Vidas congeladas: Socializados para o trabalho, formados para o não emprego? *Sociologia Online*, nº16, julho.

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES [Em linha] [Consult. 17 abr. 2022] Disponível em <https://www.observatorio-das-desigualdades.com/>

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES (2017). *Contratação temporária e trabalho a tempo parcial*. [Em linha] [Consult. 5 nov. 2022] Disponível em <https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2017/10/23/contratacao-temporaria-e-trabalho-a-tempo-parcial/>

OLIVEIRA, Luísa; CARVALHO, Helena (2008). A precarização do emprego na europa. *Revista de Ciências Sociais*, vol.51, nº3, pp.541-567. Rio de Janeiro

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (2016). *O emprego atípico no mundo. Desafios e perspetivas*. [Consult. 3 abr. 2020] Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_626383.pdf?fbclid=IwAR0aBxk4DupWZXIIJ3dusFq0OVJJCujBJ7uEC3s1Ij-hstdVbUXkW0D_rM

PEDROSO, Paulo (2005). *Acesso ao Emprego e Mercado de Trabalho: Formulação de Políticas Públicas no Horizonte de 2013*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. [Consult. 2 nov. 2022]. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/79974/1/Acesso%20ao%20emprego%20e%20mercado%20de%20trabalho.pdf>

TAVARES, Inês; e DO CARMO, Renato Miguel (2022). *O Desemprego em Portugal e na Europa: Quão Penalizados Estão a Ser os Jovens?*. Lisboa, Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte. Disponível em <https://www.observatorio-das-desigualdades.com/observatoriodasdesigualdades/wpcontent/uploads/2022/09/ODEsmpregoemPortugalenaEuropa.pdf>

SANTOS, Andreia (2021). Das recentes crises financeiras à crise pandémica. Qual o valor do trabalho? *Sociologia Online*, nº25, julho.

WOLECK, Aimoré (s/d.) – *Trabalho, a Ocupação e o Emprego: Uma Perspetiva Histórica*. Instituto Catarinense de Pós-Grauação. S/Vol., s/n.º (s/d.), pp. 1-15. [Consult. 31 out. 2022]. Disponível em <http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudetrab/trabalho%20ocupa%E7%E3o.pdf>

WORKING PAPERS

4ª Série

Editora/Editor: Sara Melo

Comissão Científica/ Scientific Committee: Inês Maia, João Aguiar, Rute Lemos

Uma publicação seriada online do

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Unidade de I&D 727 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Working Papers IS-UP are an online sequential publication of the

Institute of Sociology of the University of Porto

R&D Unit 727 of the Foundation for Science and Technology

Disponível em/Available on:

<https://sociologia.up.pt/working-papers>

ISSN: 1647-9424

WORKING PAPERS IS-UP n°93

Título/Title

"Emprego, mercado de trabalho e precariedade: O difícil percurso dos jovens em Portugal"

Autora/Author

Sandra Couto

A autora, titular dos direitos desta obra, publica-a nos termos da licença Creative Commons

"Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha" nos Mesmos Termos 2.5 Portugal (cf. <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/pt/>).